



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA

Estudo Técnico Preliminar
(Processo administrativo nº 23076.076017/2022-25)

Equipe de Planejamento da Contratação

(PORTARIA DE DESIGNAÇÃO Nº 34, DE 04 DE MAIO DE 2022 /DLC-PROGEST)

1. Objeto/Objetivo

Trata-se de Estudo Técnico Preliminar referente à contratação de empresa especializada na prestação de serviços de execução de obras para realização de requalificação da Pós-graduação do Departamento de Engenharia Biomédica, do Bloco B do Centro de Tecnologia e Geociências (CTG) e situada no campus Reitor Joaquim Amazonas da UFPE, uma obra que compreende uma área total de intervenção de 127,30 m². A contratação planejada se dará com fornecimento de mão de obra, material, equipamentos de proteção individual e coletiva, uniforme, utensílios e equipamentos necessários à execução dos serviços.

2. Referência legal

Relacionam-se diretamente ao objeto deste Estudo Técnico Preliminar (ETP) os seguintes instrumentos normativos:

2.1. Licitações e contratos administrativos

- I. Lei Federal nº 8.666/93 (Dispõe sobre licitações e contratos administrativos);
- II. Instrução Normativa nº 05/2017 do Ministério do Planejamento e Gestão (Dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional);
- III. Instrução Normativa nº 40/2020 do Ministério da Economia (Dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares ETP - para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital);
- IV. Decreto federal nº 9.507/2018 (Dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União).

2.2. Proteção ambiental



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA

- I. Resolução CONAMA 307/2002 (Estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil);
- II. Decreto nº 7.746/2012 (Regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer critérios e práticas para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal);
- III. IN 01/2010 (Dispõe sobre critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, serviços ou obras pela Administração Pública Federal).

2.3 Instalações prediais

- I. NBR 5410 (Instalações elétricas de baixa tensão).
- II. NBR 10844 (Instalações prediais de águas pluviais).
- III. NR 10 (Segurança em instalações e serviços de eletricidade)
- IV. Todas as normas técnicas e procedimentos aplicados pela concessionária de energia elétrica (CELPE) atualmente vigentes.

2.4. Canteiro de obras

- I. NR 1 (Disposições gerais)
- II. NR 4 (Serviços especializados em engenharia de segurança e em medicina do trabalho)
- III. NR 5 (Comissão interna de prevenção de acidentes)
- IV. NR 6 (Equipamento de Proteção Individual – EPI)
- V. NR 7 (Programa de controle médico de saúde ocupacional)
- VI. NR 8 (Edificações)
- VII. NR 9 (Programa de prevenção de riscos ambientais)
- VIII. NR 10 (Segurança em instalações e serviços em eletricidade)
- IX. NR 11 (Transporte, movimentação, armazenagem e manuseio de materiais)
- X. NR 12 (Segurança no trabalho em máquinas e equipamentos)
- XI. NR 15 (Atividades e operações insalubres)
- XII. NR 16 (Atividades e operações perigosas)
- XIII. NR 17 (Ergonomia)
- XIV. NR 18 (Condições e meio ambiente de trabalho na indústria da construção)
- XV. NR 23 (Proteção contra incêndios)
- XVI. NR 24 (Condições sanitárias e de conforto nos locais de trabalho)
- XVII. NR 26 (Sinalização de segurança)
- XVIII. NR 28 (Fiscalização e penalidades)
- XIX. NR 33 (Segurança e saúde nos trabalhos em espaços confinados)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA

2.5. Cabeamento estruturado

- I. NBR 14565 (Procedimento básico para elaboração de projetos de cabeamento de telecomunicações para rede estruturada);
- II. NBR 16415 (Caminhos e espaços para cabeamento estruturado);
- III. EIA/TIA 568-A/B/C.

2.6. Outras normas e atos normativos passíveis de aplicação

- I. Plano Diretor do Campus Joaquim Amazonas;
- II. Lei do Uso e Ocupação do Solo da cidade do Recife (Lei nº 16.176/96);
- III. Código de Obras da Cidade do Recife (Lei nº 16.292/97);
- IV. NBR 9050/2020 (acessibilidade);
- V. NBR 5410 (Instalações elétricas de baixa tensão).

O rol de instrumentos normativos apresentados nessa relação é meramente exemplificativo, sendo de responsabilidade da contratada a observância de qualquer legislação e/ou norma técnica aplicável à execução do objeto do presente Estudo Técnico Preliminar.

3. Necessidade da Contratação

A Engenharia Biomédica trata-se de uma área multidisciplinar, havendo aplicações de métodos das Ciências Exatas e de Engenharia no campo das Ciências Médicas e Biológicas. Nesse sentido, é importante que haja a infraestrutura necessária para o desempenho adequado das atividades de ensino, pesquisa e extensão no âmbito da pós-graduação. Para atingir essa finalidade, a presente contratação se propõe a requalificar o segundo pavimento do Bloco B do Centro de Tecnologia e Geociências, destinado à Pós-Graduação do curso de Engenharia Biomédica, de modo a melhorar as condições de funcionalidade, estética, acessibilidade e conforto ambiental.

Nesse sentido, a presente contratação tem como objetivos:

- I. Permitir a realização de aulas teóricas no âmbito da pós-graduação;
- II. Melhorar a estética e a funcionalidade do ambiente;
- III. Melhorar as condições de acessibilidade física dos ambientes;
- IV. Melhorar as condições de trabalho de professores e técnicos administrativos.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA

Entretanto, para a concretização desses objetivos, é indispensável que sejam realizadas ações de requalificação nos ambientes da edificação. Nesse sentido, a presente contratação almeja solucionar problemas arquitetônicos e de infraestrutura predial existentes, de modo a dotar a edificação das condições adequadas para atingir as missões institucionais do Departamento de Engenharia Biomédicas.

4. Planejamento Estratégico

- I. A contratação está alinhada ao Plano Estratégico Institucional (PEI) 2013-2027, uma vez que a UFPE possui como missão “promover a formação de pessoas e a construção de conhecimentos e competências científicas e técnicas de referência mundial, segundo sólidos princípios éticos, socioambientais e culturais” e possui, como visão, “Ser uma universidade de referência mundial, comprometida com a transformação e desenvolvimento da humanidade”. Nessa perspectiva, a fim de atender tal mister, possui como objetivo estratégico “ampliar, modernizar e manter a infraestrutura física da universidade”. Dentro deste objetivo, possui como ação estratégica “restaurar, reformar, ampliar, atualizar e construir laboratórios, salas de aula, com estrutura para teleconferência - e administrativa, em todos os campi”.
- II. Está também de acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2019-2023, que possui como objetivo estratégico “Ampliar, modernizar e manter a infraestrutura física, de segurança e bibliotecas, garantindo a acessibilidade com eficácia”. Tal objetivo se desdobra em 10 ações, dentre as quais merece destaque a 17.6, que seria “Ampliar, recuperar e manter as edificações dos campi”.
- III. O item demandado consta da listagem do Plano Anual de Contratações da UFPE – PAC 2022, no item 4866.

5. Requisitos da Contratação

- I. A empresa licitante deverá estar regularmente inscrita no respectivo conselho profissional (CREA), bem como o(s) profissional(is) designado(s) como responsável(eis) técnico(s);
- II. Será de responsabilidade integral da contratada a observância e o cumprimento da legislação e demais instrumentos normativos vigentes a respeito de relações trabalhistas, acidentes no trabalho, tributos, previdência social, e todas as demais disposições normativas que venham a incidir na execução do contrato;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA

- III. A execução do contrato não tem o condão de estabelecer qualquer vínculo empregatício entre os funcionários da contratada e administração, sendo proibida qualquer tipo de relação que caracterize qualquer forma de pessoalidade e/ou subordinação direta;
- IV. Ao elaborar sua proposta, a licitante deverá atentar para a realidade do mercado local, devendo incluir todas as despesas necessárias, como materiais, impostos, taxas, fretes, mão de obra, encargos sociais e trabalhistas e demais despesas relacionadas à execução da obra;
- V. Será de responsabilidade da contratada o fornecimento integral de materiais, mão de obra, equipamentos, ferramentas e utensílios, nos quantitativos estimados para a perfeita execução do serviço;
- VI. A contratada deverá executar a obra de acordo com as determinações e especificações dos projetos arquitetônicos e demais projetos complementares, devendo observar as plantas, detalhes, especificações, e quaisquer outras informações disponibilizadas;
- VII. A contratada deverá observar e cumprir toda e qualquer lei, portaria, regulamento, normas técnicas e demais instrumentos normativos aplicáveis à execução da obra;
- VIII. A contratada deverá disponibilizar aos trabalhadores da obra todos os Equipamentos de Proteção Individual (EPI) necessários, de acordo com a NR 6;
- IX. Caso a contratada opte por fornecer alimentos aos funcionários no próprio canteiro de obras, será de sua inteira responsabilidade garantir as condições de salubridade e higiene exigidas pelos órgãos responsáveis;
- X. A requalificação do Departamento em Engenharia Biomédica produzirá resíduos sólidos, sendo tal fato comum em obras de engenharia realizadas em nossa região. Entretanto, é imperativo que estes resíduos sejam armazenados e descartados adequadamente, a fim de evitar a proliferação de animais como ratos e baratas, contaminação do solo e águas superficiais e alteração da paisagem, dentre outros impactos ambientais. Para tanto, recomenda-se as seguintes medidas:
 - A) Observar as determinações da Resolução nº 307/2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil;
 - B) Observar o manual Resíduos da Construção Civil elaborado pela Diretoria de Gestão Ambiental da Universidade Federal de Pernambuco;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA

- C) Destinar adequadamente os resíduos produzidos, devendo a contratada cumprir integralmente o Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil aprovado pela EMLURB;
 - D) Racionalizar o processo construtivo, por meio soluções construtivas adequadas pautadas na redução da produção de resíduos.
- XI. A contratada deverá, também, executar a atividade buscando sempre mitigar os impactos ambientais decorrentes da construção, devendo, para isso, dentre outras ações:
- A) Utilizar peças metálicas, reutilizáveis e recicláveis, sempre que necessário o escoramento de formas de estrutura em concreto;
 - B) Utilizar madeira ambientalmente certificada, sempre que o uso de tal material for necessário em elementos como suporte da cobertura, esquadrias, portas, dentre outros;
 - C) Destinar adequadamente os efluentes produzidos durante a construção da obra;
 - D) Adotar práticas sustentáveis, como as previstas no art. 4º do Decreto 7.746, especialmente:
 - (i) Preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
 - (ii) Maior eficiência na utilização de recursos naturais como, água e energia;
 - (iii) Maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra.
- XII. A contratada deverá priorizar o emprego de mão de obra local, contribuindo, assim, com a geração de emprego e renda por meio do desenvolvimento sustentável;
- XIII. As obrigações da Contratante e da Contratada serão, posteriormente, integralmente previstas no Projeto Básico da contratação.

6. Estimativa das Quantidades

6.1 As intervenções necessárias à requalificação do Departamento de Engenharia Biomédica tratam-se, principalmente, das seguintes:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA

6.1.1. Pisos

- I. Demolição de piso cerâmico na sala de rede, no hall de elevadores, no hall e na portaria;
- II. Demolição de piso de alta resistência em trechos da circulação;
- III. Demolição de piso vinílico nas salas 01 e 02;
- IV. Aplicação de piso vinílico em manta nas salas de aula, no gabinete dos professores, no hall de espera, na recepção, no hall de chegada, na secretaria e na sala de rede;
- V. Aplicação de soleira em granito natural polido nos locais indicados no projeto executivo de arquitetura.

6.1.2. Paredes

- I. Demolição de paredes de alvenaria nos locais indicados no projeto executivo de arquitetura;
- II. Demolição de paredes de madeira nos locais indicados no projeto executivo de arquitetura;
- III. Aplicação de revestimento em massa corrida e pintura em látex acrílico manta nos locais indicados no projeto executivo de arquitetura;
- IV. Aplicação de rodapé em poliestireno nas salas de aula, no gabinete dos professores, no hall de espera, na recepção, no hall de chegada e na secretaria;
- V. Aplicação de revestimento em madeira natural nos locais indicados no projeto executivo de arquitetura;
- VI. Instalação de divisória composta por quatro chapas de gesso acartonado nos locais indicados no projeto executivo de arquitetura.

6.1.3. Teto

- I. Aplicação de forro em gesso acartonado tipo STAF nas salas de aula, no gabinete dos professores, no hall de espera, na recepção, no hall de chegada e na secretaria;
- II. Pintura com tinta acrílica de laje existente na sala de rede.

6.1.4. Outros

- I. Remoção de portas e janelas de acordo com o quadro de esquadria;
- II. Remoção de aparelhos de ar-condicionado do tipo “split”;
- III. Remoção de grades de ferro com posterior reinstalação nas janelas, conforme indicações do projeto executivo de arquitetura;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA

- IV. Remoção de catracas no hall;
- V. Remoção de armários em madeira nas salas 01 e 02;
- VI. Remoção de trechos das instalações elétricas nos locais indicados no projeto executivo de arquitetura;
- VII. Instalação de bancada em granito natural na secretaria;
- VIII. Instalação de visor em vidro temperado incolor espessura 10mm na secretaria;
- IX. Instalação de luminárias pendente retangular na sala de espera;
- X. Instalação de pontos de ar-condicionado, tomadas e iluminação, conforme projeto executivo de instalações elétricas;
- XI. Instalação de pontos de rede, conforme projeto executivo de cabeamento estruturado.

6.2. Estima-se que a área total de intervenção, extraída do projeto executivo de arquitetura, seja de **127,30 m²**, incluindo os seguintes ambientes:

AMBIENTE	ÁREA PREVISTA
SALA DE REDE	4,58 m ²
HALL DE CHEGADA	10,53 m ²
SECRETARIA	9,17 m ²
HALL DE ESPERA	16,72 m ²
RECEPÇÃO	9,28 m ²
SALA DE AULA 01	29,82 m ²
SALA DE AULA 02	28,23 m ²
GABINETE DOS PROFESSORES	18,97m ²

7. Levantamento de mercado e justificativa da escolha do tipo e solução a contratar

No âmbito da administração pública federal é comum a contratação de empresas de engenharia para construção de novas edificações e reformas de edificações existentes, com o objetivo de dotar os órgãos públicos da infraestrutura adequada para o desempenho de suas funções.

Entretanto, é imprescindível que os gestores públicos, ao planejar a construção ou reforma de qualquer edificação verifiquem se essa é, de fato, a solução mais viável do ponto de vista do interesse público, bem como se há, na região, empresas com capacidade técnica e operacional para executar a obra no padrão desejado.

Nesse sentido, diante do exposto no item 3 (Necessidade da Contratação) deste documento, a contratação de empresa de engenharia para requalificação do Departamento de Engenharia Biomédica é uma medida imprescindível ao atendimento dos escopos de ensino, pesquisa e extensão da UFPE. Isso porque, além do fato de serem necessárias intervenções pontuais de requalificação de uma edificação ao longo de sua vida útil,



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA

também surgem constantes demandas referentes à melhoria da acessibilidade física da edificação, tendo em vista a atualização das normas técnicas que regem a matéria.

Ademais, as ações de requalificação a serem realizadas no Departamento de Engenharia Biomédica não são dotadas de maiores complexidades, podendo ser facilmente executada pelas empresas e profissionais presentes na região. A esse respeito, muito embora o Projeto Básico desta contratação possa, futuramente, impor requisitos de qualificação técnicas aos quais os licitantes deverão atender, tais exigências não serão um empecilho à ampla competitividade do certame.

Além disso, o projeto arquitetônico, assim como os complementares de engenharia, foram desenvolvidos em fiel observância às normas técnicas e legislações vigentes, o que assegura que a solução desenvolvida se adequa às melhores práticas construtivas contemporâneas.

Ainda, ressalta-se que todos os insumos utilizados e serviços a serem realizados foram orçados por meio de tabelas oficiais, como a SINAPI, e cotações com fornecedores atuantes no mercado local.

Portanto, diante do exposto, a contratação de empresa de engenharia para a requalificação do Departamento de Engenharia Biomédica, com fornecimento de mão de obra e materiais, mostra-se como a solução mais adequada e viável para atingir os escopos previstos para essa contratação.

8. Estimativas de preços ou preços referenciais

Estima-se que para a realização das obras de requalificação da Pós-graduação do Departamento de Engenharia Biomédica do Bloco B do CTG seja necessário, conforme orçamento anexo, o montante de R\$ 293.991,84 (duzentos e noventa três mil novecentos e noventa um reais e oitenta e quatro centavos).

9. Descrição da solução como um todo

- I. A solução desenvolvida na presente contratação **trata-se da execução de obra**, definida pelo artigo 6º, I, da lei 8.666/93 como “Toda construção, **reforma**, fabricação, recuperação ou ampliação, realizada por execução direta ou indireta”;
- II. Trata-se, também, de **obrigação de natureza não continuada ou contratada por escopo**, definida pelo Art. 16, caput, da IN 05/2017, do Ministério do Planejamento, como aquelas que “impõem aos contratados o dever de realizar a prestação de um serviço específico em um período predeterminado, podendo ser prorrogado, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto, observadas as hipóteses previstas no § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993”;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA

- III. Além disso, o objeto da contratação desse Estudo Técnico Preliminar é perfeitamente passível de **execução indireta**, posto que não incide nas vedações previstas no artigo 3º do decreto nº 9.507/2018;
- IV. No que se refere ao tempo de duração da obra, estima-se que será necessário o período de **60 dias**;
- V. Por fim, a contratação de empresa para a requalificação do Departamento de Engenharia Biomédica **não exige dedicação exclusiva de mão de obra**, uma vez que não se fará necessária a alocação contínua e permanente dos empregados nas dependências do órgão.

10. Justificativas para o parcelamento ou não da solução

Consoante a **súmula 247** do Tribunal de Contas da União, o objeto de uma licitação deve ser dividido em tantos itens quanto forem possíveis, de modo a ampliar a competitividade do processo licitatório:

“É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, **desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo** ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.”

Entretanto, se por um lado o parcelamento da contratação deve ser a regra nas licitações públicas, importante ressalva é feita para aqueles casos em que, pela natureza do objeto da contratação, sua divisão possa acarretar algum prejuízo técnico ao desenvolvimento das atividades ou até mesmo prejudicar o controle sobre a execução do objeto contratado. Em tais situações, pode ocorrer, inclusive, uma maior dificuldade no estabelecimento do nexo de causalidade entre condutas e eventuais prejuízos causados, obstando, assim, a atribuição de responsabilidades. Nesse sentido, é o que adverte o Tribunal de Contas da União:

“É preciso ter cuidado para que, quando do parcelamento, não haja dificuldade futura para atribuição de responsabilidade por eventuais defeitos de construção. Por exemplo, no caso específico de uma edificação, se surgem trincas nas paredes do último andar,



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA

o executor da alvenaria pode querer responsabilizar quem ergueu a superestrutura que, por sua vez, pretende responsabilizar o executor das fundações que, por seu turno, alega que a causa do problema foi a execução inadequada da proteção térmica da cobertura.”

De tal forma, diante da natureza do objeto deste Estudo Técnico Preliminar, execução de obra de engenharia, é razoável que a eventual contratação a ser realizada não seja parcelada, diante da maior necessidade de desenvolvimento integrado do conjunto de atividades, devendo o objeto da licitação ser adjudicado a uma única empresa, de modo a permitir que o gerenciamento da execução da obra e o do contrato administrativo se desenvolvam de forma mais efetiva.

Dito isto, ainda é importante ressaltar que a concentração da solução não tem o condão de inibir a competitividade do eventual procedimento licitatório a ser instaurado, tendo em vista que há, no mercado local, uma diversidade de empresas aptas a executar, na íntegra, o objeto deste Estudo Técnico Preliminar.

11. Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais ou financeiros disponíveis

Espera-se que ocorra, após a conclusão das obras de requalificação do Departamento de Engenharia Biomédica:

- I. Haja a melhoria da infraestrutura predial da edificação, permitindo o melhor desempenho das atividades de ensino, pesquisa e extensão, bem como um melhor atendimento ao público.
- II. Haja a adequação da edificação às normas técnicas de acessibilidade.
- III. Ocorram melhorias nas condições funcionalidade, estética e conforto ambiental.

12. Providências para adequação do ambiente do órgão

No que se refere à adequação do ambiente do órgão, temos que:

- I. A Universidade Federal de Pernambuco dispõe de servidores qualificados para o gerenciamento do contrato, bem como para realizar as ações de fiscalização da execução da obra, não sendo necessárias maiores intervenções nesse sentido.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA

- II. Será necessária a elaboração de estudos, por parte dos dirigentes da Pós-graduação em Engenharia Biomédica, no sentido de avaliar o impacto da execução das obras nas atividades rotineiras desenvolvidas na edificação.
- III. O cronograma da obra bem como o mapa de risco, estarão anexos ao processo da licitação nos termos da IN 05/2017.

13. Declaração da viabilidade ou não da contratação

Diante do exposto, após a análise da equipe de Estudo Técnico Preliminar, chegou-se à conclusão que a contratação é viável e necessária, nos termos aqui propostos.

Assinatura dos Membros da Equipe de Planejamento

NOME DO(A) SERVIDOR(A)	MATRÍCULA SIAPE	PARECER (APROVADO/REPROVADO)
Geraldo Cabral de Carvalho Filho	2060183	APROVADO
Nicolau Firmo Barbosa Spinelli	3207458	APROVADO
Maria Isabel Pinto de Oliveira	1133506	APROVADO

Recife, 20 de setembro de 2022.

Aprovo em 20 de setembro de 2022.

Assinatura do Chefe do Setor demandante.

Aprovo em 20 de setembro de 2022.

Assinatura da autoridade competente